



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM**

**REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO GESTOR DO IPAM**

ATA Nº 04/2011

Aos dois dias do mês de agosto de dois mil e onze, às quatorze horas e dezessete minutos, na Sala de reuniões do IPAM, em Reunião Ordinária, verificado o quórum, reuniram-se os seguintes membros do Conselho Gestor do IPAM-SAÚDE: José Marly dos Santos Brando, Carlos Alberto Rodrigues Machado, Adivandro Rech, João Dorlan da Silva, Mariane Travi Ceconello e Gislane Ramos da Silva Sabedotti conselheiros titulares, juntamente com os conselheiros suplentes, José Carlos Matos e Vladimir Borges Duarte. Foram convidados a participar desta reunião: Luiz Carlos dos Santos, Procurador Previdenciário do Instituto; Neusa Teresinha Ribeiro Pereira, Coordenação de Psicologia e Rosenev Pereira, Assistente Social. A pauta proposta para esta reunião é: Equipe de Saúde Mental e Demandas Judiciais. A reunião foi iniciada pelo Presidente do Conselho Gestor, Sr. Brando, agradecendo a presença de todos. Ele justificou que a última reunião não se realizou em função do falecimento do seu padasto. Após foi realizada a leitura e assinatura da ata três barra dois mil e onze. Em seguida Brando informou que o primeiro tema será com a Equipe de Saúde Mental que fará algumas colocações, que foram previamente elencadas na última reunião. Após será realizada uma exposição pelo Luiz Carlos, Procurador do Instituto, referente algumas demandas que o Instituto tem recebido e que, alguns segurados têm pleiteado benefícios que estão sendo deferidos judicialmente. Sua preocupação é de que nenhum juiz deixará de conceder uma liminar em se tratando de saúde. Brando passou a palavra para as representantes da Equipe de Saúde Mental. Rosenev lembrou que os Conselheiros tiveram acesso aos documentos (memorando vinte e seis barra dois mil e onze; memorando cento e vinte e três barra dois mil e dez, ofício quarenta e dois barra dois mil e onze e, relatório dos valores dos medicamentos) que foram encaminhados anteriormente, propondo aumento do subsídio para medicações específicas ao Grupo Antitabagismo. Ela esclareceu que é um grupo temporário no sentido de que o mesmo acontece em seis encontros, sendo que o próximo grupo iniciará neste mês e têm vinte e dois inscritos. Rosenev pontuou que o grupo irá diminuir pela situação, ou seja, pelo problema que é tratado no grupo, pois, algumas pessoas, têm dificuldade de levar a diante a proposta de deixar de fumar. Rosenev esclareceu que o pedido foi realizado para este grupo específico porque justamente são realizados dois grupos por semestre e os demais grupos ocorrem todo o ano. Neusa falou que o grupo de dependência química é um grupo contínuo, em outras palavras, tem que ser tratada sempre. Tendo em vista este fato não foi solicitado medicação para este grupo porque se tornaria muito oneroso para o Instituto. Já o grupo de antitabagismo o medicamento é caro para a pessoa, mas não dá tanta despesa para o IPAM. Neusa esclareceu que a solicitação da medicação é somente durante o período do grupo ao contrário da dependência química que é para toda a vida. Além de que nem todos necessitam da medicação. Foi questionado quantos estão inscritos para o próximo grupo e qual a previsão de desistência. Neusa respondeu que pela sua experiência provavelmente terá uma desistência de umas cinco ou seis pessoas. Rosenev apresentou um levantamento que foi solicitado junto a farmácia do valor gasto pelos participantes do grupo no semestre passado. Esclareceu também que a farmácia aumentou o desconto de 15% (quinze por cento) para 20% (vinte por cento). Brando questionou se a escolha da medicação está relacionada ao tempo que estão expostas ao cigarro ou as implicações provocadas. Neusa esclareceu que a medicação está relacionada com a compulsão apresentada. Ela pontuou que na avaliação que é realizada pelo João Marcos, Coordenador da Psiquiátrica, é realizado um exame onde a pessoa assinala de um a dez, por exemplo, o grau de compulsão apresentada e, com base nos resultados é que será ministrada ou não a medicação além de auxiliar na escolha da mesma. Neusa comentou que caso a compulsão seja muito alta a pessoa terá que utilizar juntamente com a medicação o "adesivo". Carlos falou que num primeiro momento o pedido feito pela Equipe de Saúde Mental foi para que a Farmácia do IPAM concedesse um desconto maior para estas medicações e, somente agora está sendo solicitado a este Conselho. Vladimir questionou quantos desistiram no último grupo. Neusa esclareceu que o grupo iniciou com dezoito integrantes e terminou com doze. Vladimir sugeriu que seja realizado um acompanhamento junto aos servidores que participaram do grupo visando verificar quantos apresentaram recaídas. Ele comentou que realmente os medicamentos auxiliares para quem quer parar de fumar são muito caro, o que dificulta a aquisição. Brando falou que este Conselho tem clareza que o custo praticado pela nossa Farmácia não é favorável ao nosso servidor. Em sua opinião, é importante realizar uma pesquisa com outras duas ou três farmácias visando verificar se é possível baratear ainda mais para o servidor. Mariane acredita que como não é um valor tão alto poderíamos aprovar a proposta. Ela reforçou a importância de realizar a pesquisa mencionada pelo Brando. Comentou também que, a questão da Farmácia é um assunto que já está sendo debatido neste Conselho há muito tempo. Gislane concorda com a Mariane no sentido de que poderíamos aprovar esta proposta e, com o Brando no que se refere à realização de um levantamento em outras farmácias. Ela comentou que em vários momentos é mais vantajoso comprar à vista em outra farmácia do que na nossa. Dorlan é da opinião que, muitos assuntos antes de serem decididos



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM

devem ser aprofundados, mas o que é mais importante é a qualidade de vida do servidor. Falou que todos os programas preventivos são bem vindos, pois vêm em benefício direto da pessoa. Em relação a Farmácia do IPAM ele reforçou que apesar dos descontos fornecidos pela mesma aos servidores públicos o preço praticado é superior se comparado a outras farmácias. Dorlan acrescentou que caso seja aberta esta possibilidade (aumentarmos o desconto para o Grupo Antitabagismo) estaremos abrindo precedente para os outros programas. Ele acredita que temos que avaliar muito bem isso. Brando se comprometeu até sexta-feira de encaminhar os levantamentos para todos os Conselheiros. Para Adivandro este programa é muito importante e significa economia para o Instituto. Ele disse que não é a favor de uma pessoa receber este subsídio mais de uma vez. Neusa esclareceu que a medicação será fornecida apenas por três meses, concomitante com o grupo. Ela salientou que somente o medicamento não funciona, pois temos que trabalhar o emocional, em outras palavras, a eficácia do resultado depende do medicamento (em alguns casos), do grupo e da "escuta". Acrescentou que o mais difícil a ser trabalhado é o emocional, o comportamental que é o psicológico porque a química é barrada com a medicação, em outras palavras, o corpo não necessita mais da nicotina com a medicação, mas para realmente parar de fumar falta trabalhar o psicológico, que é a conduta. Onde a pessoa fuma? Qual o estresse que ela vivencia? Porque que usa o cigarro? Neusa reforçou que estas questões são trabalhadas no grupo. Carlos comentou que é favorável ao incentivo das campanhas. Concorde com o Adivandro que o medicamento deve ser fornecido somente uma vez. Ele acredita que a colocação do Vladimir é pertinente e sugeriu que a Equipe crie um mecanismo de acompanhamento visando não perder o contato com o servidor após o encerramento do grupo. Fazendo com que o servidor se sinta prestigiado, não sendo de forma alguma um monitoramento. Acrescentou que poderia ser pensado na realização de visitas, inclusive nos locais de trabalho, pois é importante termos este acompanhamento para qualificarmos cada vez mais os trabalhos que estão sendo realizados e valorizarmos o nosso servidor. Para Vladimir a continuidade do trabalho fortalece o grupo, o processo e o próprio o projeto. Brando comentou que o Conselho considera interessante a solicitação com as seguintes ressalvas: **a)** Adivandro que o medicamento deve ser concedido uma única vez; **b)** Carlos e Vladimir que é importante ter um acompanhamento após o encerramento do grupo, **c)** Dorlan no que se refere aos outros programas e, **d)** Brando irá realizar um levantamento do custo dos medicamentos praticados por outras duas ou três farmácias. Dorlan lembrou que a legislação permite uma decisão deste Conselho e, quando este Conselho chegar a conclusão podemos deliberar sobre o tema. A Farmácia para várias medicações é onerosa, não é vantajosa e o Conselho tem que tirar uma decisão e fazer uma resolução visando a autorização para que o servidor possa adquirir em outras farmácias conveniadas. E ele agradeceu a presença das representantes da Equipe de Saúde Mental. Em seguida Brando esclareceu que o Luiz Carlos foi convidado a participar desta reunião em função de algumas colocações que ele tem realizado não só na área da saúde, mas também no FAPS onde algumas situações estão gerando demandas judiciais em função da legislação vigente. Luiz Carlos falou que é uma satisfação estar junto ao Conselho. Após falou que não é servidor municipal, apenas está numa função de CC e que em relação a Lei Complementar duzentos e noventa e oito ele e o Dr. Rachid levaram numa reunião conjunta com a administração anterior do Sindicato e o IPAM que o plano conforme estava previsto na referida Lei era falimentar. Em sua opinião, não tem como subsistir um plano de saúde sem estar fechada as linhas e sem balizar o que o servidor pode ou não alcançar. Para ele a legislação atual tem suas falhas, está muito aberta, como por exemplo, as próteses que consta como preferencialmente nacional, onde o médico assistente diz que tem que ser importada e pede em juízo e ganha porque nenhum juiz deixará de conceder uma liminar em se tratando de saúde. Acrescentou que o juiz fornece uma tutela antecipada para a pessoa realizar a cirurgia uma hora depois. Luiz Carlos pontuou algumas situações que inviabilizam a sustentabilidade do plano, entre elas: **1)** Os exames laboratoriais que são sem custo para o beneficiário até o limite de 200 (duzentos) Chs. Em dois mil e sete foram gasto R\$ 504.000,00 (quinhentos e quatro mil reais) e a estimativa para este ano fica em torno de R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil), ou seja, em quatro anos praticamente triplicou a despesa. Informou que o Conselho de Medicina baixou uma resolução que nenhum plano pode determinar o número de exames, ou seja, os exames que forem solicitados pelos médicos os planos terão que suportar, com ou sem contribuição de seus associados. **2)** Em relação a inclusão dos maridos ele comentou que não tem nada contra isto. O problema está que entrou um número significativo de maridos, sem contribuições anteriores, ausente de suporte financeiro para suportar ônus posteriores, situação normal em quaisquer planos de saúde, que apresentam patologias pré-existente e, no ingresso afirmam suas esposas/companheiras que não apresentam nenhuma patologia e, no entanto logo em seguida entram com o pedido de inclusão inclusive na situação de tutela do antigo art. 181, atual art. 19, da LCM 298/2007. **3)** No que se refere aos termos de guarda, oitenta por cento dos pedidos acabam no artigo dezoito. Luiz Carlos comentou que o Instituto teve uma vitória significativa junto ao STJ, pois eles entenderam que houve um desvio de finalidade num termo de guarda que buscava exatamente uma assistência previdenciária/saúde e não o termo de guarda propriamente dito e, isso violava teoricamente uma disposição do ECA – Estatuto da Criança e Adolescente. Reforçou que ele defende o interesse do plano. **4)** A diabetes prevista no artigo dezoito: comentou que a inclusão somente pode ser feita no referido artigo quando existe um comprometimento macro vascular, caso contrário não existe a cobertura e, no entanto as

CPS

→

AM

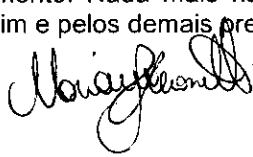
AM

Márcia



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM

ações vêm se repetindo e de cada dez pedidos nove são aceitos pela justiça. Acrescentou que muitas destas ações são patrocinadas pelo Sindicato. Luiz Carlos entende que é um direito que o Sindicato tem, e um dever defender os seus associados. **5)** Luiz Carlos entende que deve haver uma discussão entre o Sindicato e o Instituto visando que sejam parceiros para evitar despesas desnecessárias, com situações Citou como exemplo, um processo aberto pela advogada do Sindicato que entrou com um pedido judicial onde foi solicitada uma tutela antecipada para que uma cirurgia bariátrica fosse autorizada, especialmente o respectivo KIT. No entanto entre os documentos incluídos, pela autora da ação, na abertura do processo (três de junho de dois mil e onze), quando tudo autorizado (trinta de maio de dois mil e onze), consta que o IPAM já havia autorizado o procedimento quatro dias antes da abertura do mesmo. Luiz Carlos comentou que estes custos desnecessários estão saindo do caixa do plano. **6)** Informou aos Conselheiros que mais ou menos cinquenta servidores, entre eles os de padrão 14, solicitaram o desligamento do plano. Todos que entrarem com o pedido no judiciário consegue deferimento, pois é inconstitucional o plano ser obrigatório. Na opinião dele, estas pessoas acabarão retornando para o plano e, ele entende que o Conselho tem que pensar que estas pessoas não estarão contribuindo e retornaram quando estiverem doentes, ou seja, solicitarão o desligamento quando são novos e na faixa etária dos quarenta ou cinquenta anos solicitar o ingresso novamente porque no plano privado a contribuição é muito alta. Para ele nesta volta o ideal é que eles tenham carências diferenciadas e não de um ano apenas, que o plano seja diferenciado, caso contrário eles vão ter os mesmos direitos que os servidores que sempre contribuíram. Luiz Carlos entende que o artigo dezenove deveria ser somente para os servidores, visando a sustentabilidade do plano. **7)** Luiz Carlos reforçou que o IPAM tem que trabalhar junto ao setor de informática para bloquear o abusos dos exames, tendo em vista que como comentou anteriormente a despesa praticamente triplicou. Para ele este setor tem que ser melhorado para cruzar as informações, pois tem demandas justas, mas tem muitas que são desnecessárias e abusivas. Após as considerações realizadas pelo Luiz Carlos, Brando questionou sobre a contribuição diferenciada e, pontuou que seria interessante conversar com o atuário. Para o Luiz Carlos se o servidor tem o direito de sair quando quiser o IPAM tem o direito de colocar carência e percentual diferenciado. Dorlan solicitou que conste em ata que: **a)** Em primeiro lugar é uma pena que o Luiz Carlos não tenha sido ouvido antes. **b)** Era de conhecimento de que muitas coisas que estavam sendo impostas na negociação da Lei em vigor teriam que ser revistas. Algumas sugestões de alteração na Lei duzentos e noventa e oito ferem o acordo que foi realizado há três anos atrás, como por exemplo, as duzentas CHs. **c)** Ressaltou que concorda que o artigo dezenove seja somente para o titular do plano. **d)** Lembrou que está sendo solicitada a realização de um Seminário visando debater o futuro do IPAM-Saúde. **e)** No que se refere a inclusão dos maridos também foi um tópico negociado e é um direito. Pontuou que em nenhum momento o atuário levantou as questões que estão sendo trazidas, ao contrário os dados atuariais incluíam as despesas com a inclusão deles, dos duzentos CHs. **e)** Comentou que nas discussões nunca foi pontuada a questão dos termos de guarda. **f)** Ficou preocupado com o grande número de servidores, padrão quatorze, que estão solicitando desligamento do plano. **g)** Em relação às taxas de carência ao retornar para o plano questionou se isso é possível fazer sem termos problemas com o judiciário. Luiz Carlos esclareceu que o judiciário não está acolhendo a obrigatoriedade do plano. Dorlan questionou sobre o calculo atuarial atualizado referente o ano de dois mil e dez e reforçou que é muito importante que este Conselho tenha conhecimento com a maior brevidade. Brando comentou que já entrou em contato com o atuário solicitando que o mesmo participe de uma reunião para apresentar o referido documento. Nada mais havendo a relatar eu, Márcia de Araujo, encerro a presente ata que será assinada por mim e pelos demais presentes.

Luiz Carlos Mendes Assm: 
Gisela Salvedutti

MÁRCIA ARAUJO
